

## “Dedo no cu e gritaria”: uma análise sobre o Cu a partir das pautas conservadoras no Brasil

Thiago Henrique Carvalho<sup>1</sup>

Jônatan David Pereira<sup>2</sup>

**Resumo:** Na medida em que a extrema direita e as pautas conservadoras ganham forças, o moralismo e o “falso moralismo” tomam forma, avançam e impõe suas agendas políticas e sociais, principalmente no que se refere a frear as conquistas no âmbito dos direitos reprodutivos e sexuais. Diante disso, todo debate sobre gênero e sexualidade é visto sob o ponto de vista da demonização e do mal, que visa desestabilizar a estrutura tradicional heterossexual patriarcal. Não diferente, o cu também é visto como um órgão abjeto, obscuro, inominável e intocável, sendo mobilizado em/como ridicularização política por diversos atores políticos (não se restringindo mais à esfera privada). Diante desse contexto, este trabalho busca investigar como a temática de gênero e sexualidade, especificamente do cu, tem sido mobilizada pelo ex-presidente Jair Bolsonaro, para legitimar e assegurar a família heterossexual patriarcal. Nesse caso, analisamos um post feito pelo Jair Bolsonaro no Twitter, no qual comenta um episódio que ocorreu em um Bloco de Carnaval, no ano de 2019, em que um homem insere o dedo no cu. Dessa forma, para dar sustentação a discussão aqui tecida, seguiremos os pressupostos da pesquisa bibliográfica, que se dá mediante à revisão e leitura da literatura específica sobre o assunto (Gil, 2008), ou seja, através dos aportes teóricos de Preciado (2009; 2017 e 2018) sobre o cu e os apontamentos Almeida (2017) sobre conservadorismo, trazemos à tona a (re)emergência da extrema direita no debate político e sua reação

---

<sup>1</sup> Graduado em Licenciatura em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Pernambuco e ex-membro do Programa de Educação Tutorial PET- ENCONTRO SOCIAIS. Mestre em Antropologia pela Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal de Pernambuco. Doutorando em Sociologia pelo Programa Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco. Atualmente, desenvolve pesquisas nas áreas de gênero, sexualidade e relações raciais e suas interfaces com a política.

<sup>2</sup> Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Bacharel em Direito pela Faculdade de Integração do Sertão (FIS). Especialista em Direito Público pela Faculdade Legale. Especialista em Direitos Humanos pela Faculdade CERS. Membro da Comissão de Direitos Humanos da Universidade Federal Rural de Pernambuco, Unidade Acadêmica de Serra Talhada (UFRPE-UAST). Membro do Movimento Diverso em Serra Talhada - PE. Foi membro do Departamento de Gênero e Sexualidade do Centro Acadêmico Solidônio Leite da Faculdade de Integração do Sertão (CASOL-FIS). Membro dos Grupos de Estudos: Atelier de Filosofia, Filosofia de Arendt, Soletrando Direito e Desconstruindo Mitos e Formando Identidades sob uma Perspectiva Étnico-social-jurídica. Estudante-Pesquisador do Grupo de Pesquisa, Estudo e Extensão em Relações de Gênero, Sexualidade e Saúde (DADÁ), na Universidade Federal Rural de Pernambuco, Unidade Acadêmica de Serra Talhada (UFRPE-UAST).

reacionária às políticas identitárias e distributivas. Ademais, utilizaremos a análise de conteúdo como uma técnica de tratamento das informações contidas nas mensagens (Bardin, 2009), de modo a desdobrar a postagem feita por Bolsonaro e suas prováveis intenções.

**Palavras-chave:** Direitos Humanos; Pautas conservadoras; Cu; Bolsonaro; Extrema direita.

Não é de hoje que o cu tem sido alvo de injúria e vem sendo caracterizado como um órgão obscuro, inominável e intocável sob os quais sua utilização ameaça os fundamentos morais da sociedade. Atualmente, por exemplo, através das pautas políticas de extrema direita, o ânus tem sido uma obsessão constante, saindo do terreno e de sua dimensão privada, para ser colocado no campo social e político. Isso se dá devido ao avanço do conservadorismo e das suas pautas no Brasil, no qual, cada vez mais, na nossa atual conjuntura, atores políticos ligados a vários setores (Igrejas católicas e evangélicas, pessoas de outras religiões, não religiosos), formam o que, de acordo com Almeida (2017), pode-se chamar de uma “onda conservadora”.

Essa onda corresponde a um movimento composto por diferentes grupos que consolidam uma aliança política a partir dos segmentos da direita e, apesar dos interesses e agendas distintas, unem-se em prol de um objetivo compartilhado, que é solidificar uma plataforma moral comum, visando o controle dos direitos reprodutivos e sexuais, bem como da família tradicional heterossexual como norteadora do que seja cristalizar e moralizar as relações de gênero e sexuais baseadas no binarismo já conhecido, ajudando, por assim, a concretizar a imagem da política de diferença<sup>3</sup> como um mal que deve ser combatido, pelo bem de todos e todas, mas, principalmente, das crianças indefesas (Miskolci, 2021).

Sendo assim, essas pautas conservadoras cada vez mais passam a questionar, além das políticas públicas distributivas, a defesa da família tradicional, a criminalização do aborto e o combate à ideologia de gênero<sup>4</sup>, fazendo com que surja um pânico moral, não só aos homossexuais, mas aos LGBT's. Isso porque com a emergência dos estudos de gênero e sexualidade, bem como das demandas por equidade por parte dos movimentos LGBT's, feministas, negros e seus questionamentos a respeito

---

<sup>3</sup> Como afirma Louro (2001), a política da diferença tece uma crítica à normalização. Sua aposta é na multiplicação das diferenças e na tentativa de subverter as alegações autoritárias e hegemônicas.

<sup>4</sup> De acordo com Miskolci e Campana (2017, p.728), “a luta contra a ideologia de gênero é uma forma de resistência contra os recentes avanços que vêm dando na América Latina em matéria de direitos sexuais e reprodutivos”.

das estruturas patriarcal, racista e LGBTI+fóbica, fazem por emergir novas demandas como a busca por reconhecimento, mas também dos debates cada vez mais intensos dessas questões nas esferas públicas.

Desse modo, devido ao aumento dessas problematizações e da “mínima abertura” aos questionamentos em relação à família nuclear tradicional e ao *status quo* das identidades de gênero e sexuais, que contribuem para a proliferação de novas identidades, instaura-se uma cruzada moral, formada por empreendedores morais de vários grupos de diversos interesses, cujos objetivos se dão no terreno da moralidade e do seu medo a possíveis mudanças ao que corresponde às relações de poder, isto é, às formas tradicionais de gênero e sexualidade, mas também do temor que as pautas dos movimentos feministas, negros e LGBT's representam nas definições de políticas públicas (Miskolci e Campana, 2017).

A partir disso, cria-se um espaço de retórica da sociedade que passa a divulgar amplamente os pânicos morais em relação aos movimentos feministas, negros e LGBT's e suas pautas, como sendo um perigo para os valores e interesses da sociedade. De outro modo, um relativo campo discursivo de ação é posto em prática, tendo por pretensão elaborar um terreno comum compartilhado, em que as preocupações políticas e culturais são produzidas dentro desse mesmo campo discursivo e assumem uma agenda moral combativa (Miskolci e Campana, 2017). Aproveitando-se disso, a extrema direita, por meio de seus representantes políticos e suas redes sociais, disseminam falas conservadores acerca do ânus. Trata-se de uma fixação por parte desses políticos, os quais alimentam nos debates públicos um terror a quem realiza a prática anal, pois, de acordo com as lógicas heterocentradas, o cu é lugar que serve apenas para expulsar as fezes, conseqüentemente, não sendo considerado como uma área de prazer (Carvalho e Araújo, 2019).

Com base nessas premissas política-ideológicas, sancionam-se ideias e discursos que visam estabelecer formas de, por exemplo, usar os corpos, quais órgãos sexuais podem ser disponibilizados para o ato sexual, o que e quem pode ser penetrado, e de

que forma, sendo homem ou mulher, se pode usar as partes sexuais (Preciado, 2009; 2017 e 2018). Logo, o ânus “fica de fora” desse circuito sexual, uma vez que, para as lógicas heterocentradas, o pênis e a vagina são as formas sadias de legitimar este ato sexual (heterossexual). Por isso, o ânus é relegado às práticas homossexuais, causando a desestabilização das ordens reprodutivas e sexuais, visto que “não ajudam em nada”, apenas para desmoralizar as ordens sociais e tradicionais da sociedade. Desse modo, fundamentado nesse jogo político de desprezo ao ânus, surgem atores políticos da extrema direita, tais como Jair Bolsonaro, Carlos Eduardo Bolsonaro, Olavo de Carvalho, dentre outros, que constantemente legitimam, através de um incessante regime discursivo, situações em que a utilização desse órgão se torna ameaçador para a sociedade, criando, por conseguinte, políticas pautadas na intolerância e na efetivação de discursos de ódio sobre a comunidade LGBTI+.

Levando em consideração esses aspectos, para atender os objetivos deste trabalho, foi necessário dar um recorte específico, visto que existem diversos atores envolvidos na promulgação de pautas da extrema direita conservadoras e dos discursos conservadores sobre o cu. Desta maneira, baseado nos últimos quatro anos de gestão do ex-presidente Bolsonaro, marcada de constantes ataques LGBTI+fóbicos e pela desmobilização às conquistas e reivindicações dos movimentos (LGBTI+'s, feministas e negros), atentaremos a esse personagem político, crucial para compreendermos nossa atual conjuntura política em relação aos pânicos morais. Ademais, especificamente, focaremos num post feito pelo atual ex-presidente Jair Bolsonaro no Twitter, em 2019, início do seu mandato, no qual compartilhou um vídeo de um homem dançando e introduzindo o dedo em seu ânus. Neste post do Twitter, Bolsonaro fala de seu “desconforto” em publicar o vídeo, mas dá prioridade em “expor a verdade” para a população e pede para que ela tenha conhecimento e “tome suas prioridades”. Portanto, o objetivo deste trabalho é analisar como as temáticas de gênero e sexualidade, especificamente sobre o cu, têm sido mobilizadas pelo ex-presidente Jair Bolsonaro para legitimar e assegurar certa ordem social, qual seja, a família heterossexual patriarcal.

Dessa forma, para dar sustentação a discussão aqui tecida, seguiremos os pressupostos da pesquisa bibliográfica, que se dá mediante à revisão e leitura da literatura específica sobre o assunto (Gil, 2008), tais como Preciado (2009, 2017 e 2018) e Pelúcio (2016) sobre o cu e Almeida (2017) sobre o conservadorismo na esfera pública. Além disso, utilizaremos a análise de conteúdo por se tratar uma técnica de tratamento das informações contidas nas mensagens (Bardin, 2009), a fim de desdobrar o *post* feito por Bolsonaro e suas prováveis intenções.

À vista disso, este trabalho está estruturado em duas seções. A primeira está destinada a refletir sobre a reemergência da direita e de suas pautas conservadoras em relação aos direitos reprodutivos e sexuais, isto é, diante de questionamentos e dos avanços na esfera pública dos debates de gênero e sexualidade. Na segunda seção, trataremos mais especificamente da publicação do ex-presidente no Twitter no que tange ao temor moral da direita conservadora quanto ao cu, do medo deste órgão desestabilizador das ordens vigentes tradicionais.

### **Conservadorismo no Brasil: o avanço de uma “nova direita”?**

Como afirma Fukuyama (2018), a política mundial nas últimas décadas passou por uma série de transformações intensas e dramáticas. Da década de 1970 até 2010, cresceu o número de democracias eleitorais, passando de 35 para, no mínimo, 110. Em paralelo a isso, a produção mundial de bens e serviços triplicou e praticamente estendeu tal crescimento para todas as regiões do mundo. Por outro lado, as pessoas que vivem na extrema pobreza saíram de 42% para 18% em 1993, mundialmente. À primeira vista, esses dados parecem criar uma imagem positiva, sendo fruto dessas mudanças, todavia, nem todos conseguiram se beneficiar dessas transformações. Em muitos países cujas democracias eram desenvolvidas, por exemplo, a desigualdade econômica disparou significativamente, beneficiando, principalmente, aqueles e aquelas que já possuíam um alto volume de capital econômico e cultural.

Sendo assim, o conseqüente aumento do volume de mercadorias e dinheiro impôs que as pessoas se deslocassem de um lugar para outro em busca de melhores oportunidades, o que acabou acarretando em novas e enormes classes médias, ao mesmo tempo, em que várias regiões do mundo assistiram um aumento da mão de obra com baixo custo. À vista disso, essas mudanças ocasionaram o desaceleramento do movimento em direção a uma ordem mundial cada vez mais liberal e aberta. Isso se tornou perceptível na crise financeira global em 2007/2008 e na crise do euro iniciada em 2009, nas quais as políticas criadas pelas elites geraram enormes recessões, alto desemprego e a queda na renda de trabalhadores comuns. Esse movimento foi acompanhado da crise da democracia em quase todas as regiões do mundo, ao mesmo tempo que decorreu o aumento de muitos países autoritários, tais como a China e a Rússia. Nesse contexto, países que pareciam ter suas democracias liberais bem estabelecidas e sucedidas como Hungria, Polônia, Tailândia e Turquia retrocederam em direção ao autoritarismo. Talvez o mais surpreendente e significativo exemplo dessas mudanças foi o sucesso do nacionalismo populista, em 2016, nas eleições de duas das democracias liberais mais duráveis do mundo: o Reino Unido e os Estados Unidos (Fukuyama, 2018).

Posto isto, todos esses desenvolvimentos se relacionam com as mudanças econômicas e tecnológicas da globalização, mas, principalmente, com um fenômeno diferente que resultou da ascensão da política de identidade. Se antes a política do século XX foi marcada por questões econômicas, onde a esquerda política se concentrava nos trabalhadores, em seus sindicatos, nas políticas de bem-estar social e redistributivas, enquanto a direita buscava reduzir o espaço do governo nessas políticas, promovendo o setor privado, atualmente, vemos a política sendo definida menos por preocupações econômicas e mais por questões de identidade. Sendo assim, o espectro político da esquerda se concentra menos na criação de uma igualdade econômica ampla e mais numa promoção dos interesses de uma variedade de grupos historicamente marginalizados, tais como: imigrantes e refugiados, minorias étnicas, mulheres e a

comunidade LGBTI+. Já o espectro político da direita, por outro lado, redefiniu suas pautas e preocupações, estendendo sua missão principal agora com a proteção patriótica de sua identidade nacional e tradicional, ligada explicitamente à ideia de raça, etnia e religião (Fukuyama, 2018).

Essa mudança política derrubou a longa tradição que remonta à Marx, onde as lutas políticas eram reflexos dos conflitos econômicos, supondo que, por mais importante que seja o interesse material, existem outros motivos, outras forças que impactam os seres humanos e as constantes lutas. Somado a isso, em várias partes do mundo, os líderes políticos, do espectro da direita, têm mobilizado seguidores, promulgando discursos em torno da ideia de que as suas dignidades e a de seu país estão sendo afrontadas, precisando, portanto, serem restauradas. Isso porque, constantemente, vários grupos passaram a acreditar que suas respectivas identidades, sejam nacionais, religiosas, étnicas, sexuais e de gênero, não estavam recebendo o merecido reconhecimento. Tendo isso em mente, atualmente, a política de identidade não mais é um fenômeno menor, isto é, restrita aos campis universitários ou prefixadas nas guerras culturais geradas pela mídia de massa, mas sim um conceito essencial para entendermos o que acontece na atualidade nos assuntos globais em termos de mudanças econômicas e sociais, tal como a demanda por reconhecimento por parte de grupos que historicamente eram invisíveis para a sociedade (Fukuyama, 2018).

Ao mesmo tempo que essas demandas ocorriam, grupos reagiram negativamente a essa incessante busca por reconhecimento, afirmando que estavam perdendo seus status e sendo deslocados na sociedade de modo geral (Fukuyama, 2018). Nesse ínterim, como destaca Brown (2019), surge a necessidade de assegurar o que se denomina de “a esfera pessoal protegida”, devendo esta ser expandida para além das esferas do privado e familiar, atingindo também a vida comercial e pública. Em outras palavras, isso consiste na expansão da moralidade tradicional, daquilo que vemos o ex-presidente Jair Bolsonaro incitando constantemente: “Deus, família, nação e livre-iniciativa”. Ademais, essa expansão da “esfera pessoal” significa proteger em

nome da liberdade e assegurar poderes desiguais de sexualidade, gênero, raça e classe, gerando, por assim, uma nação que rejeite uma ordem pública secular, democrática e plural em prol de uma ordem privada, familiar e homogênea. Ou melhor, corresponde estabelecer uma forma tradicional de “ser”, em que se desmembra a ideia de um Estado de Direito, aberto modestamente em relação à igualdade social e política, bem como a uma diversidade, para uma forma unificada, hierárquica, homogênea e autoritária. Assim, os valores tradicionais como família patriarcal e heterossexual, Deus e pátria, ao invés de meramente integrar a vida social, sob os quais se ordenam as condutas dos indivíduos, são, agora, politizados, transformados em tática, bem como comercializados.

Percebe-se, então, que o campo conservador tem avançado avassaladoramente, impondo suas pautas conservadoras para a resolução das crises econômicas e políticas. Com sua tendência autoritária, ele surge, no cenário mundial, através de lideranças (Donald Trump nos Estados Unidos, Matteo Salvini na Itália, Viktor Orbán na Hungria e Bolsonaro no Brasil) e de seus respectivos partidos de direita e extrema direita, “portando” a saída para os diversos problemas, como a corrupção, por conseguinte, promovendo mudanças no sistema político representativo, na medida em que esse vem sendo questionado por não dar conta da realidade de diversos países. Sendo assim, as rápidas transformações sociais presenciadas, nas últimas décadas, fazem por desafiar o clássico sistema de representatividade devido a sua temporalidade que é acelerada pelas questões instantâneas do tecnológico e do midiático, colocando em cheque, além do tempo político, o tempo representativo do sistema em vigência (Gallego, 2019).

Isso propicia uma cidadania mais crítica e informada, que não está mais ligada afetiva e cognitivamente a nenhum partido, correspondendo ao que Gallego (2019) chama de “tempos de dessacralização da política”, ou seja, uma decepção em relação à dinâmica democrática tradicional. Junto a isso, temos: a centralidade crescente da internet, que passa cada vez mais a produzir novos modelos de sociabilidades, comportamentos políticos e novas formas de organização; e o neoliberalismo como

sendo um modo de existência e uma das vertentes entre as quais associamos às “novas direitas”. Embora, inicialmente, sejam vertentes distintas no que tange às “novas direitas”, tanto o neoliberalismo quanto o conservadorismo têm uma convergência quanto ao estabelecimento de uma dinâmica de poder (Gallego, 2019). Trata-se de:

Reformas neoliberais drásticas, cortes dramáticos do orçamento público, Estado mínimo, restrição dos direitos trabalhistas, propostas econômicas impopulares que precisam se legitimar ou se esconder sob discursos conservadores, os quais deslocam o centro do debate público. (Gallego, 2019, p. 6)

Para que possa se legitimar enquanto uma matriz que ordena a vida social, que tenha ímpeto para regular as subjetividades e a vida coletiva, o neoliberalismo necessita de um agregado de valores e concepções éticas que reinterpretam as referentes crises econômicas enquanto crises morais, em outras palavras, como sendo uma questão de valores, quando a população passa a abandonar os valores tradicionais. É a partir disso que surge uma aliança entre os neoliberais e conservadores, instaurando um eficaz instrumento que intensifica e prolifera os contextos progressistas e suas pautas em relação ao racismo, aborto, identidades e políticas LGBT's (Gallego, 2019).

No caso brasileiro, essa aliança resulta em pautas conservadoras, centrando-se, principalmente nas questões sexuais e de gênero, no anseio comunista e nas políticas sociais distributivas:

(...) as pessoas passaram a ir para as ruas vestidas de verde e amarelo, portando a bandeira nacional e cantando o hino, e tendo como principal bordão a frase “queremos nosso Brasil de volta”. O anticomunismo estava expresso em “nossa bandeira nunca será vermelha”, o autoritarismo na nostalgia do regime militar e em faixas e palavras de ordem pela redução da maioria penal e contra as políticas voltadas para os direitos humanos, em exortações contra o aborto e pela família (heterossexual) e por leis mais rígidas contra o crime. (Cardoso, 2020, p.79)

Diante desse contexto brasileiro, emerge a moralização do debate público em relação a essas agendas políticas, pois essas questionam e tensionam as estruturas vigentes e tradicionais que funcionam segundo o regime heterocentrado. Posto isto, a religião assume um papel fundamental, legitimando a tendência moral do neoliberalismo, principalmente no que se refere a sua característica meritocrática, do seu apelo à teologia da prosperidade<sup>5</sup> e da sua lógica imanente do sacrifício<sup>6</sup>. Perante o exposto, a situação neoliberal de constantes inseguranças, do desemprego à longo prazo, da precarização do trabalho, o conflito e concorrência de todos contra todos, o empobrecimento da população, diminuição da participação do Estado nas questões sociais, das crises econômicas e políticas, tudo isso cria um terreno favorável para o campo conservador estabelecer suas pautas ultraconservadoras, no qual a solução desses problemas é de âmbito moral. Por isso, esses partem para a criminalização de determinadas visões sociais e de suas estruturas produtivas atreladas aos segmentos progressistas, visando não apenas instituir o campo progressista como um mal que assola e desestabiliza as estruturas tradicionais da sociedade, mas também concebendo a atual estrutura política como vergonhosa e imoral (Gallego, 2019).

Logo, entra em jogo a proteção da família tradicional, fundamentada na erguesse do patriarcalismo e da heteronormatividade, como sendo, ao mesmo tempo, o principal eixo nuclear social, além do retorno exacerbado do nacionalismo e da imagem do “homem de bem”, que se estabelece como provedor da coesão social, frente a um “outro” que ameaça os regimentos morais e sociais da sociedade e é tido como inimigo. Isso leva, por conseguinte, a militarização do espaço público e político, visando a manutenção das leis e ordens que são necessárias para fazer o mercado funcionar. Ademais, isso se articula funcionalmente com as novas propostas, em que a democracia

---

<sup>5</sup> De acordo como Almeida (2017; 2019) a teologia da prosperidade diz respeito à possibilidade dos indivíduos ascenderem econômica e socialmente diante das relações de desigualdades. Para a teologia da prosperidade, ascender é um indicativo que Deus age na sua vida e não o Diabo.

<sup>6</sup> É resultado de sacrifícios rituais monetários, nos quais se estimulam nos indivíduos uma atitude individual empreendedora. Isso passa a ser valorizado principalmente nas Igrejas com vertentes neopentecostais, como ética econômica (Almeida, 2019).

passa a ser substituída cada vez mais pela corporocracia<sup>7</sup>. Por causa disso, presenciamos constantemente uma eterna incerteza existencial, o apagamento de lutas sociais e silenciamento de pessoas negras e periféricas, isolamentos sociais, precarização social e o afrouxamento de relações sociais estruturantes, como, por exemplo, as lutas coletivas trabalhistas, que estão sendo fragilizadas. Essas questões têm como consequência o sofrimento psíquico da sociedade, que se transforma em um sofrimento individual, pois o capitalismo faz com que o ser individualizado seja, antes de tudo, mais importante que o coletivo, imperando um teor meritocrático nas relações capitalistas e sociais (Gallego, 2019).

Não por acaso, esses elementos emblemáticos fazem eclodir crises econômicas e políticas, como no caso do Brasil, por exemplo. Tratando especificamente de nossa realidade, vemos fortemente que essas crises políticas e econômicas se mesclam e com isso se retroalimentam, proporcionando a reestruturação de um campo conservador (Gallego, 2019). Assim, em nossa conjuntura, vemos o ex-presidente Jair Bolsonaro incitar em seus discursos, o seu medo do Brasil virar uma Venezuela se não ganhar as eleições de 2022, bem como de se instaurar uma ditadura *gay*. Como destaca Gallego, isso significa apoiar-se numa retórica que produz o medo sobre outro que é diferente de mim e desse como meu inimigo. Para isso, essa retórica é posta em prática diante de um campo discursivo de ação, que concebe sob a lógica do medo e do inimigo um instrumento mobilizador, retomando esse outro e os valores progressistas enquanto um campo de libertinagem e desmobilizador dos valores da família tradicional, das ordens, hierarquias e da moralidade de modo geral (Miskolci e Campana, 2017).

Essa realidade brasileira é fruto de uma soma de consequências no campo político e social, mas, principalmente, é efeito do descontentamento de grupos crescentes que desaprovam as medidas sociais e distributivas dos governos do PT, isso

---

<sup>7</sup> As decisões não giram mais em torno do poder popular, mas sim dos enormes conglomerados do capital privado, que visam consolidar uma democracia enquanto objeto que busca conquistar, de modo mais eficiente, um maior lucro e uma intervenção política (Gallego, 2019).

porque a classe majoritária da política brasileira estava acostumada com a obtenção de vantagens e privilégios para si, e devido a esse medo de perda, suspeitava que os programas sociais do PT levasse a profundas transformações sociais e que essas acabariam por prejudicá-los. Impulsionados por esses anseios, mais a questão da corrupção (operação em torno da Petrobras, o chamado “Petrolão”), esses mesmos grupos não mais, e sem desculpa, escondem seus discursos conservadores e/ou reacionários, como se fazia antes, por exemplo, após a ditadura militar, e da vergonha de ser de direita (Cardoso, 2020).

Usando as colocações de Miguel (2018), a direita nunca esteve ausente do nosso campo político, todavia, ao destacar em um de seus textos a reemergência da direita, o autor busca salientar o retorno da direita e de seus questionamentos vindo a público com total notoriedade, isto é, de forma escancarada, a direita estava na rua pedindo o fim da corrupção, das políticas distributivas do PT, saída do PT do poder, mas também entrando no ciclo moral das pautas identitárias e da consequente demonização da esquerda.

Manifestantes, que iam para as ruas com a camisa da Confederação Brasileira de Futebol (CBF), protestavam contra a corrupção ao mesmo tempo que levavam o cachorro para passear, bem como os filhos, junto com suas babás. Havia quem tomasse espumantes nos bairros de elite. Inaugurou-se a era da indignação com glamour. Somam-se cartazes ufanistas, homofóbicos, misóginos e pobrefóbicos, que davam o tom de um evento da política do mal. (PINHEIRO-MACHADO, 2019, p. 72)

Dessa maneira, como afirma Miguel (2018), não é certo falar de uma eventual reemergência da direita, e principalmente, de uma nova direita no campo político brasileiro. Trata-se do retorno dessas direitas e, sendo mais direto, da extrema direita, no ciclo político brasileiro e nas ruas. Sendo assim, a direita nunca esteve ausente da política brasileira, apenas hibernou por um breve período, dos governos do Partido dos Trabalhadores (PT), cujo se pode, mesmo com um reformismo fraco, ter acesso às pautas progressistas. Para mais, o diferencial dessa direita, que assume abertamente

pautas da extrema direita, foi suas formas e meios de se organizar e ganhar a esfera pública, diante do uso das novas tecnologias, onde por meio de memes e de uma linguagem popular, conseguiram atrair uma grande camada da população (Miskolci, 2021).

Esse terreno da guinada conservadora já estava em percurso, isto é, sendo constituído e pronto para despontar. Assim, Pinheiro-Machado (2019) sinaliza que é habitual, nos debates e escritos sobre a temática, indicar as jornadas de Junho de 2013 como sendo responsável pela situação em que estamos. Todavia, como destaca a autora, a extrema direita, velada de liberalismo, já atuava por meio de institutos empresariais e por fóruns, onde se visava dar fundamentação e consolidação a um entrelaçado de políticos, empresários e intelectuais de direita e extrema direita. Desde o início dos anos 2000, por exemplo, a revista *Veja*, através de intelectuais conservadores, pessoas liberais na economia e conservadores em relação aos costumes, já demarcavam suas opiniões nesta plataforma<sup>8</sup>.

O que se viu nas jornadas de Junho de 2013 foi a eclosão de um movimento que já estava sendo desenhado e vinha germinando anos atrás, com a emergência de novos coletivos, personagens e grupos<sup>9</sup>. Por conseguinte, nas manifestações antigovernistas iniciadas em 2014 e nos atos golpistas pró-impeachment governo Dilma em 2015 e 2016, uma pluralidade de grupos como o *Vem Pra Rua*, o *MBL*, dentre outros, utilizaram-se da internet e de plataformas das redes sociais, alegando que a esquerda

---

<sup>8</sup> Como destaca Pinheiro-Machado (2019), na revista *Veja*, Reinaldo de Azevedo atacou a antropóloga Debora Diniz, falando que ela estava mentindo sobre o que escrevia sobre o aborto, ficando contra as declarações da pesquisadora e incentivando em seus textos uma onda de ódio, onde grande partes das pessoas a chamava de “abortista”.

<sup>9</sup> Esses novos personagens e grupos eram diversos. Tinham aqueles que se firmavam como “tioção de Whatsapp”, aqueles que defendiam a ditadura militar, alguns que defendiam o livre mercado, outros que viam na Petrobras a evidência de que gestão de empresas por parte do Estado resultava em constantes atos de corrupção, outros que se pautavam nas questões morais e contra os questionamentos identitários de gênero e sexualidade e aqueles contra as políticas distributivas (Cardoso, 2020). Ademais, cabe ressaltar que o que se denomina como “direita” é, na verdade, uma junção de vários pontos de vistas de uma direita múltipla e com várias constelações. Não devemos pôr essa direita e tais personagens como homogêneos, mas sim como diversa e com diferenças internas, mas que juntas agem em prol de um objetivo comum (Cardoso, 2020).

nutria suas bases políticas e suas ideologias nos veículos tradicionais, assim atingindo a esfera pública dominante. Por isso, voltaram-se para esses espaços para atuar, como também para angariar jovens (uma vez que esses massificam e tornam as notícias num tom mais popular), disseminar notícias falsas (Pinheiro-Machado, 2019).

Diante de toda discussão aqui tecida, na visão de todos esses atores da direita e extrema direita, instaurou-se um antipetismo, o grande responsável por todas as mazelas: a corrupção, crise econômica, comunismo e libertinagem moral. Justamente por isso uma força reacionária age para libertar o nosso país, colocando-o “no trilho” e resgatando a fé cristã, lavando o Brasil da ideologia de gênero e da escola sem partido, libertação do comunismo, oposição às cotas raciais e da atuação do neoliberalismo para reduzir a partição do Estado mínimo, incitando as privatizações, livre iniciativas e ideias meritocráticas. Então, para se fazer crer nessas proposições, é preciso realizar um processo constante de demonização pelas direitas em torno dessas questões, fazendo com que se reduza e simplifique significados e conteúdos que associam esse inimigo como a personificação do mal e que devido a isso deve o expurgar. Por fim, consiste em formar boatos e mentiras, disseminando-os como verdade. Isso corresponde a construir um sentido em que as pessoas se sentem acuadas e expostas a uma conspiração de esquerda, na qual se deve combater em redes alternativas, como as redes sociais (Miskolci, 2021). Para mais, no próximo tópico, abordaremos a relação do conservadorismo com as questões de gênero e sexualidade, especificamente, no tocante às falas propagadas pelo Bolsonaro acerca do cu como uma zona imoral.

### **O Cu na praça: conservadorismo e falatório**

No tópico anterior, tratamos da reemergência da direita, de seu período de hibernação nos governos petistas e de seu reformismo fraco, que resultaram no seu descontentamento com as políticas sociais e distributivas, bem como com as questões do Petrolão (Corrupção), as alegações de crise econômica e da ascensão das discussões

da temática do gênero e sexualidade. Já o presente tópico tratará da discussão do conservadorismo e sua relação com os debates de gênero e sexualidade, especificamente sobre o cu, a partir de um post no Twitter do ex-presidente Jair Messias Bolsonaro.

Em 5 de março de 2019, em sua conta do Twitter, Bolsonaro compartilhou um vídeo com dois homens dançando em ponto de táxi devido a um Bloco de Carnaval (Blocu), na qual um deles insere o dedo no cu e depois se abaixa para que o outro urine nele. Ao postar o vídeo, Bolsonaro afirma que não se sente “confortável em mostrar”<sup>10</sup>, mas que deve, em sua visão, “expor a verdade para a população ter conhecimento e sempre tomar suas prioridades”, bem como afirma que “é isto que tem virado muitos blocos de rua no Carnaval brasileiro. Comentem e tirem suas conclusões”. Sobre esse post, podemos levantar as seguintes questões: qual a possível intenção do Bolsonaro ao compartilhar o vídeo em sua conta, na época, com mais de 3,5 milhões de seguidores? Por que não se sente confortável em mostrar o vídeo? Qual a verdade que deve ser exposta? Quais são as prioridades que a população deve tomar? O que tem se tornado os blocos de rua no Carnaval brasileiro?

Começando pela última questão, uma vez que não é o tema central a ser desdobrado aqui, Bolsonaro parece concordar com uma visão conservadora cristã em relação ao Carnaval, qual seja: o Carnaval enquanto a “festa da carne”, consequentemente, relacionado aos prazeres carnavais mundanos, esquivando-se da presença de Deus - “o pendor da carne é inimizado contra Deus, pois não está sujeito à lei de Deus, nem mesmo pode estar. Portanto, os que estão na carne não podem agradar a Deus. Fazer a vontade da carne é inimizado contra Deus” (Romanos, capítulo 8, versículos 7 e 8)<sup>11</sup>. Dito de outro modo, Bolsonaro parece fazer alusão ao fato que, no Carnaval, em termos antropológicos, a moral é suspensa, sendo marcado por elementos anti-estruturais, nos quais as condições socioculturais são afastadas e a ordem social

---

<sup>10</sup> Ver link: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/03/bolsonaro-compartilha-video-de-homem-mexendo-no-anus-e-sugere-que-cena-e-comum-no-carnaval.shtml> Acessado 10/01/2023.

<sup>11</sup> In: <https://www.bible.com/pt/bible/1608/ROM.8.6-9.ARA> , Acessado em 15/01/2023.

vigente fica suspensa (Turner, 2013; DaMatta, 1976). Por esses aspectos, a população “do bem” e dos bons costumes”, deve “evitar” eventos como o Carnaval, uma vez que contribuem, de certo modo, para a efetivação da ideologia de gênero e a contraofensiva aos direitos reprodutivos devido ao seu elevado grau de “permissibilidade”.

Deixando um pouco de lado o aspecto do Carnaval ser considerado a “festa carne”, resta-nos voltar nossa atenção ao acontecimento do vídeo em si e as intenções pelas quais esse foi divulgado no Twitter do atual ex-presidente Jair Bolsonaro. Nesse caso, é preciso nos ater de como a questão do cu tem sido mobilizada no debate público político. Isso porque, como dito por Preciado (2009) e reiterado por Pelúcio (2016), o cu tem sido concebido, historicamente, como um órgão abjeto, nunca suficientemente limpo e política e moralmente incorreto. Isso talvez explique o fato do ex-presidente não querer falar abertamente sobre o vídeo em que o rapaz enfia o dedo no cu, apesar de assim o fazer. Quanto a isso, parece-nos ser uma contradição, pois, ao mesmo tempo, em que o cu publicamente assume esse lugar de abjeção, esse órgão, no âmbito privado, é explorado e utilizado - não só por homossexuais, mas também por heterossexuais, de modo que não parece tão aplicável todos os sentidos atribuídos a esse negativamente.

É interessante aqui evidenciar uma tensão quanto ao uso do ânus, pois geralmente se generaliza o seu uso às identidades homossexuais, como sendo destinado ao prazer entre dois homens que se relacionam<sup>12</sup>, mas que, como afirma Preciado (2009), este órgão, em grande parte da sua história, é colocado como uma área de “perigo”, como estando fora do campo social, onde não se pode tocar por ser “nojento”, “contaminado”, ou melhor, por ser uma região erógena sob a qual persiste um tabu, o da intocabilidade e de sua neutralização: o ânus serve apenas como órgão excretor ou “nosso rabo serve apenas para cagarmos” (Carvalho; Araújo, 2020, p.59). Logo, não se deve enfiar o dedo no cu, muito menos um pênis. É a partir dessa suposição que

---

<sup>12</sup> De certo, quando associado unicamente ao uso sexual entre pessoas do mesmo sexo, isto é, entre homens, acabamos por criar uma metafísica homossexual, da genitalização do ânus como fator universal do desejo, bem como da sua sexualidade, negando outras possibilidades de desejo, que não envolvem penetração.

Preciado (2017) repensa o lugar adjetivado ao ânus ao longo da história, de seu peso e do medo do sistema heterossexual compulsório para com ele. Tendo isto em vista, o autor assume o cu como destabilizador do sistema imperativo heterossexual: “pelo ânus, o sistema tradicional da representação sexo/gênero vai à merda” (Preciado, 2017, p. 32 apud Carvalho e Araújo, 2020, p. 10).

Isso nos leva a abordar outras duas perguntas apontadas acima, a saber, “qual a possível intenção do Bolsonaro ao compartilhar o vídeo em sua conta, na época, com mais de 3,5 milhões de seguidores?” e “Qual a verdade que deve ser exposta?”. Ao expor o vídeo em sua conta no Twitter, Bolsonaro quis apontar para uma rejeição em massa por meio de um discurso moralista, ou melhor, queria repercutir de forma bastante negativa o vídeo, de modo a criar um ambiente hostil e legitimador de violências, sobretudo contra os homossexuais, já que se naturalizou a prática anal entre tais indivíduos. Tomando como pano de fundo a agenda política conservadora cristã, Bolsonaro se volta constantemente contra os movimentos contraculturais e, no caso do vídeo exposto, contrassexuais<sup>13</sup> (Preciado, 2017). À vista disso, a Verdade, com v maiúsculo, que deve ser exposta, pelo ex-presidente, é que essas práticas são abomináveis, que corrompem a “moral e os bons costumes”, quais sejam, os da família heterossexual patriarcal, devendo, conseqüentemente, ser reprimidas.

Novamente, é possível notar um discurso conservador cristão, pois o uso do cu, entre pessoas do mesmo sexo, é considerado uma prática pecaminosa, que, segundo os preceitos religiosos cristãos, não deve ser realizada. Por outro lado, usar o cu como prática sexual é mais “tolerado”, desde que seja feito em âmbito privado e por casais heterossexuais, como pode ser subentendido a partir da fala do pastor Silas Malafaia (entrevista concedida a Tiago Chaga do site Gospel Mais)<sup>14</sup>:

---

<sup>13</sup> “O objetivo da contrassexualidade é encontrar os interstícios e os espaços errôneos da estrutura socio-discursiva, dando importância às bixas, sapas, bibas, frígidas etc (Liblik, 2016).

<sup>14</sup> Link: <https://noticias.gospelmais.com.br/malafaia-biblia-nao-proibe-casais-sexo-anal-oral-57649.html>  
Acessado em 10 de Janeiro de 2023, às 12h.

Quanto ao sexo anal, embora não haja nenhuma referência explícita, condenando-o, há aqueles que condenam essa prática com base em 1 Coríntios 6.10,13. Eles defendem que o sexo anal é condenável à luz da Bíblia porque há nesse texto de Paulo uma condenação à sodomia não apenas praticada por homossexuais, mas também por heterossexuais. (...) Sendo assim, a meu ver, essa prática (anal) deve ser discutida pelo casal à luz dessas possibilidades e de um dos princípios básicos da intimidade conjugal: o consentimento mútuo. (...) Contudo, eu gostaria de chamar a atenção de que, na Bíblia, há algumas indicações claras do que está fora do padrão estabelecido por Deus para a sexualidade do casal.

Cria-se, então, por meio disso, um discurso higienista por parte da população, em sua maioria das vezes, ligada ao conservadorismo político e religioso. Todavia, o conservadorismo religioso não se refere a qualquer religião, mas sim àquela que acoberta interesses individuais de certos grupos, que oprime, reprime e suprime desejos com base num “falso moralismo”. Por exemplo, de acordo com Almeida (2017, p. 12), alguns temas (proposições no Congresso Nacional) ganham uma conotação ainda mais rechaçada pela moral religiosa:

Aborto e homossexualidade entre pessoas próximas são mais transgidos na vida cotidiana do que defendidos no espaço público (compreendido como visibilidade legítima e ordenamento jurídico). Isso não é propriamente uma característica tão somente dos evangélicos, mas diz respeito ao conservadorismo da própria sociedade brasileira, que lida de forma mais flexível nas relações interpessoais e com maior rigidez de valores morais no espaço público.

Nessa perspectiva, podemos falar em um marcador fundamentalmente importante para entender o processo de rejeição social a partir de um discurso moralista, sendo esse o de “Socialmente intolerante”, que se “[...] refere-se à qualidade e à intensidade das interações sociais em situações de forte antagonismo político” (Almeida, 2017, p. 23), já que a crise pela qual passa o país, desde as jornadas de Junho de 2013, atinge não apenas o sistema político brasileiro, mas também as relações

interpessoais dos atores mobilizados por essa crise. Como nos fala Almeida (2017, p. 23):

Na conjuntura atual, muitos brasileiros – pelo menos entre aqueles que acompanham com maior atenção à política nacional – têm experienciado, por um tempo prolongado, cisões entre opiniões e posições políticas e morais que têm tensionado alguns laços de amizade, de trabalho e familiares. Em especial, as redes sociais na internet potencializaram ainda mais as tensões interpessoais em torno de temas políticos e morais.

Não é à toa que o post com o vídeo exposto por Bolsonaro, em menos de 24 horas, teve mais de 39 mil comentários, 8 mil retuítes e 46 mil curtidas, ficando entre os assuntos mais comentados no Twitter internacionalmente, apesar dele considerar o tema impróprio para ampla circulação, conforme o G1<sup>15</sup>. A divulgação do vídeo, em sua conta do Twitter, mobilizou os internautas tanto a favor quanto contra a postura do ex-presidente, como é possível evidenciar abaixo:

“Há muitas boas razões para criticar o carnaval, não faltam problemas que poderiam ser evidenciados e evitados. Isso não justifica mostrar uma obscenidade para milhões de famílias por meio de uma rede social sob o pretexto de criticar a festa. Isso não é postura de conservador”. (Kim Katagui, Deputado Federal e membro do MBL. Em reportagem do G1)

“Em 2017, a turma politicamente correta atacou Donald Trump por simplesmente ter denunciado atrocidades de radicais islâmicos mostrando vídeos no twitter. Agora, guardadas as proporções, faz o mesmo contra Bolsonaro. A esquerda adora culpar o mensageiro, nunca o autor do crime”. (Carla Zambelli, Deputada Federal. Em reportagem do G1)

"O cara usa o Twitter para falar com as crianças que votam nele e posta um vídeo desses. JÁ DENUNCIEI. TwitterBrasil bloqueia logo a conta desse incapacitado!". (Usuário não identificado. Em reportagem da Folha de São Paulo)

---

<sup>15</sup> Link:

<https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/03/06/apos-postar-video-com-pornografia-bolsonaro-pergunta-o-que-e-golden-shower.ghtml> Acessado 10 de Janeiro de 2023, às 15h.

A opressão gay contra a sociedade, expondo e impondo suas imundices, é comum em todas as épocas do ano, em especial carnaval paradas lgbt e festas religiosas, quando vilipendiar símbolos sacros introduzindo-os no ânus ou vagina. A extrema imprensa ama divulgar. (Usuário do Twitter. Comentário ao *post* da Notícia da Folha de São Paulo no Twitter).

É a partir dessas tensões que é possível classificar alguns marcadores no processo de rejeição e violência com aqueles considerados subversivos, sobretudo em redes sociais na internet. De acordo com Almeida (2017), a vingança, a fobia, o ódio são alguns desses marcadores/termos ligados à “onda conservadora”. Chamamos atenção aqui para o termo da fobia diretamente presente quando se fala de diversidade sexual e de gênero. Nas palavras do autor, a frase cristã mais recorrente é emblemática: “Amar o homossexual, mas ter repulsa ao homossexualismo”.

Torna-se primordial dizer que a temática do cu e, de modo mais amplo, de gênero e sexualidade, não tem sido discutida de forma isolada e esporádica por Jair Bolsonaro. Sendo assim, cabe lembrar a notícia divulgada pelo Correio do Estado<sup>16</sup>, que destaca a primeira reunião da Comissão de Direitos Humanos da Câmara, tendo o deputado e Pastor Marco Feliciano a frente da comissão. Essa reunião foi marcada por um confronto entre aqueles que eram favoráveis e contra o deputado Feliciano. Irritado com essa situação, o então deputado Jair Bolsonaro escreveu numa folha de papel A4 a seguinte frase: “Queimar rosca todo dia”, e mostrou para os ativistas presentes, fazendo alusão ao fato de quem era contra à indicação ao cargo “dava o cu” todo dia, ou melhor, era viadinho, efeminado, mulherzinha, ou seja, do cu enquanto uma área asquerosa e de ridicularização pela agenda política conservadora.

Dessa forma, é de suma importância frisar que a prática da sexualidade pelo cu é marginalizada sistematicamente pela heterocisnormatividade e suas instituições, todavia, como salienta Novadvorski (2021), são atos performativos<sup>17</sup> como esses (dois

---

<sup>16</sup> Link: <https://correiodoestado.com.br/politica/irritado-com-manifestantes-bolsonaro-escreve-queimar-rosca-todo-dia/186738>. Acessado em 12 de Janeiro de 2023, às 17:00

<sup>17</sup>Judith Butler aprimora a ideia de John Austin sobre proferimento performativo e, diante disso, aplica a noção do filósofo de que na linguagem as palavras conseguem ser utilizadas como formadoras da

homens dançando, um deles inserindo o dedo no cu do outro e depois o outro se abaixando para que seja urinado/mijado) que tencionam e ativam outras possibilidades de viver, expressar e experimentar suas sexualidades, fazendo surgir rupturas na cadeia de produção corpo-prazer-benefício-corpo que problematizem os corpos, sexualidades, gêneros e, de modo geral, as culturas sexuais hétero e queer. Nessa mesma intensidade, o cu se manifesta como uma das diversas possibilidades da contrassexualidade, sendo ele o centro do prazer universal, localizado para além das imposições anatômicas da diferença sexual, propondo-se a subverter as idealizações naturalizadas das identidades sexuais e contestando a materialidade do sexo e gênero enquanto uma consequência inevitável de uma certa cultura.

Portanto, é possível, através de movimentos propostos pela contrassexualidade, contrariar a padronização da sexualidade que compreende o cu fora do campo social, isto é, como um lugar erógeno, sujo e de intocabilidade, transformando os tabus socialmente estabelecidos em torno desta área numa nova urbanização social, no qual é permitido tocar, penetrar individualmente, convidar outros para tocá-lo, introduzir objetos, falar e debater seja em âmbito público ou privado sobre a importância da desinterdição do cu e a sua libertação das amarras das normas da heterossexualidade compulsória, que o produziu como um lugar de não-prazer. Agora, consiste em convidar o cu a fazer parte do nosso cenário e usá-lo como uma das ferramentas produtivas e de resistência que conteste a hegemonia do (cis)tema heteronormativo e suas normalizações em torno das representações de sexo/gênero (Novadvorski, 2021).

---

realidade, isto é, são para além de uma mera descrição da realidade. É possível, como constata a autora, que o gênero tenha essa concepção coerente por meio de uma linguagem performativa, na qual cria uma realidade de como o gênero deverá ser compreendido. Posto isto, o gênero é concebido não como uma essência e ou atributos físicos de uma pessoa, mas como uma repetição de atos que constroem essa realidade do gênero (VASCONCELLOS, 2018).

### Considerações finais

Diante de toda discussão aqui tecida, chega-se aos seguintes resultados: é errôneo interpretar a reemergência da direita no campo político brasileiro a partir das jornadas de Junho de 2013. Como afirma Pinheiro-Machado (2019), desde o Fórum da Liberdade, em 1988, são realizados pelo IEE (Instituto de Estudos Empresariais) eventos nos quais visam consolidar uma rede de políticos, empresários, bem como pensadores da direita e extrema direita, tais como Olavo de Carvalho, Jair Messias Bolsonaro, José Roberto Marinho, Aécio Neves, Luciano Huck, Sergio Moro, dentre outros, cujo objetivo é criar terreno para pautas neoliberais e conservadoras. Conseqüentemente, é interessante pensarmos nessas séries de episódios que se desenvolveram desde 2013 como uma porta de entrada, ou melhor, da saída do armário da extrema direita no cenário público.

Se antes presenciávamos uma direita envergonhada e com medo de assumir suas pautas, desde mais ou menos 2014, ano em que o Brasil elegeu uma das bancadas políticas mais conservadoras de sua história, diversos atores políticos como: empresários, pensadores, religiosos e pessoas conservadoras, pessoas descontentes com os governos do PT, políticos, passaram a assumir uma verdadeira onda de ódio contra aqueles que eram beneficiados pelas políticas distributivas e pelas políticas identitárias. Assim, o racismo, a misoginia e a lgbtqia+fobia eram destilados por todos os lados, assim como urgia um forte antipetismo e anticomunismo. Havia uma multidão furiosa e louca para se despertar, “lutando” para manter seus privilégios e pronto para linchar, seja moral ou fisicamente, aqueles e aquelas, que, nas suas visões, desmontaram o Estado em prol de beneficiar pobres, preguiçosos e nordestinos que “nada queriam da vida”, retirando assim seus privilégios (como o acesso aos bens de consumo e à educação, por exemplo), mas também aqueles e aquelas que corromperam economicamente, por meio de sucessivos atos de corrupção, a estrutura social e política brasileira, em especial, os e as que passaram a questionar o *status quo* da família

heterossexual patriarcal. Isso porque, para a extrema direita, a esquerda comunista e sua agenda política ideológica têm por pretensão instaurar uma ditadura LGBT, propondo a destruição do Estado, da fé cristã, dos cidadãos de bens, das famílias brasileiras e, sobretudo, das crianças (Pinheiro-Machado, 2019 e Almeida, 2017).

Sendo assim, essa “onda conservadora” vem sendo desenhada desde muito tempo, como foi possível perceber. Entretanto, isso foi se intensificando com o tempo, principalmente, nos governos do PT (Lula e Dilma), que, diante de seus reformismos fracos, promoveram uma série de políticas distributivas e sociais, tais como: o Bolsa Família, iniciativas educacionais (acesso a universidades públicas e privadas, seja por conta das políticas de cotas ou socioeconômicas) e avanços em relação aos direitos reprodutivos e sexuais. Em relação a esse último ponto, a emergência, na esfera pública, de pessoas que questionam a ordem vigente quanto às identidades de gênero e sexuais, fez com que a extrema direita traçasse uma agenda política conservadora de combate.

Como foi possível perceber a partir do post feito pelo ex-presidente Jair Bolsonaro no Twitter, esses conservadores passaram a criar narrativas de demonização quando se referem aos assuntos de gênero e sexualidade, principalmente sobre o cu. Ao compartilhar o vídeo do indivíduo inserindo o dedo no cu, Bolsonaro corrobora com a demonização do cu enquanto um lugar de perigo e de abjeção, “uma vez que o terreno do cu como um lugar erógeno e sujo já está posto, um caminho árduo e culturalmente estabelecidos pelas forças políticas imperativas já circundadas” (Carvalho e Araújo, p. 15, 2020). Ao fazer isso, não só ele, mas vários atores políticos da extrema direita tiram o cu do âmbito do privado, tornando esse assunto de cunho público e político através de sua constante ridicularização, por conseguinte, legitimando uma série de violências simbólicas à população LGBTI+. Por fim, e não menos importante, essa batalha moral inventada e imposta pela extrema direita em relação às pautas de gênero e sexualidade, ao mesmo tempo, traz uma nova realidade: mesmo diante de exclusões, perseguições, discursos de ódio, violências, mortes e esquecimento em torno da comunidade LGBTI+, floresce uma desontologização do sujeito da política sexual, que questiona a

normalização das identidades do imperativo heterossexual, fazendo emergir novas produções contrassexuais, isto é, identidades sexuais e de gênero, novas zonas sexuais e áreas de prazer e corpos que confrontam a lógica e a razão da máquina heterossocial.

### Referências

- ALMEIDA, Ronaldo. A onda quebrada - evangélicos e conservadorismo. **Cadernos Pagu**, n. 50, p. 5-30, 2017.
- ALMEIDA, Ronaldo. Deus acima de todos. In MELO, Carlos. **Democracia em risco?** 22 Ensaio sobre o Brasil Hoje. Editora: Companhia Das Letras, 2019.
- BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa, Portugal: Edições 70, 2009.
- BROWN, Wendy. A esfera pessoal protegida tem que ser expandida In **Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no ocidente**. São Paulo: Politeia, 2019.
- CARDOSO, Adalberto. **À beira do abismo: uma sociologia política do bolsonarismo**. Rio de Janeiro, Amazon, 1ª edição, 2020.
- CARVALHO, Thiago; ARAÚJO, David. A família e a heterossexualidade: a produção do cu como uma área erógena. In **IV desfazendo gênero**. Corpos dissidentes, corpos resistentes: do caos à lama, 2020.
- DAMATTA, Roberto. Centralização, estruturas e o processo ritual. **Anuário Antropológico UNB**. Direção: Roberto Cardoso de Oliveira, 1976.
- FUKUYAMA, Francis. “**Against identity politics: The New Tribalism and the Crisis of Democracy**”, 97, Foreign Aff. N. 90, 2018.
- GALLEGO, Esther. A Bolsonarização do Brasil. **Documentos de Trabajo IELAT**, Versión Digital, ISSN: 1989-8819, N°121, Abril de 2019.
- GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Editora Atlas AS, 6ª ed., 2008.
- LIBLIK, Carmem S. F. K. **A contrassexualidade como superação das dicotomias de gênero e sexo**. **Revista de Estudos Feministas**, Vol. 24, n.2, Florianópolis, 2016.
- LOURO, Guacira. Teoria queer: uma política pós-identitária para a educação. **Revista Estudos Feministas**, Ano 9, 2 semestre de 2001.
- Miguel, Luis Felipe. A reemergência da direita brasileira. In GALLEGGO, Esther, **O ódio como política: a reinvenção da direita no Brasil**, São Paulo : Boitempo, 1ª edição, 2018.
- MISKOLCI, Richard. **Batalhas morais: Política identitária na esfera pública técnico-midiatizada**. Belo Horizonte: Autêntica 1ª edição, 2021.
- MISKOLCI, Richard; CAMPANA, Maximiliano. “Ideologia de gênero”: notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo. **Sociedade e Estado**, v. 32, n. 3, p. 725-747, set./dez. 2017.

- PELÚCIO, Larissa. “O cu (de) Preciado: estratégias cucarachas para não higienizar o queer no Brasil”. **Iberic@ I: Revue d’Études Ibériques et Ibéro-Américaines**, Paris, v. 9, p. 123-136, 2016.
- PINHEIRO-MACHADO, Rosana. O avanço da direita. In: **Amanhã vai ser maior: o que aconteceu com o Brasil e as possíveis rotas de fuga para a crise atual**, São Paulo: Planeta do Brasil, 2019.
- PRECIADO, Paul B. (Beatriz). **Manifesto contrassexual**. São Paulo: n-1 edições, 2017.
- PRECIADO, Paul B. (Beatriz). “Terror Anal”. In **El deseo Homosexual**, de Hocquenghem, Guy, Editorial Melusina, 1ª edição, 2009.
- PRECIADO, Paul B. (Beatriz). **Texto junkie: sexo, drogas e biopolítica na era farmacopornográfica**, n-1 edições, 2018.
- NOVADVORSKI, Bruno Alcione. **Dispositivo de Arte: meu corpo contrassexual e artístico**. Trabalho de conclusão de curso (Graduação). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Artes, Curso de Artes Visuais, Porto Alegre, BR-RS, 2021.
- SAEZ, Javier. **Pelo cu: políticas anais**. Tradução Rafael Leopoldo. Belo Horizonte, MG: Letramento, 2016.
- TURNER, Victor W. **O Processo Ritual: Estrutura e Antiestrutura**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2ª Edição, 2013.
- VASCONCELLOS, Débora Araújo de. **O processo transexualizador: de uma identidade medicalizada à luta social pela despatologização**. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco. Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Recife, 2018.

### **"Dedo no cu e gritaria":**

an analysis of the Backdoor from the conservative agendas in Brazil

**Abstract:** As the extreme right and conservative agendas gain strength, moralism and "false moralism" take shape, advance and impose their political and social agendas, especially with regard to curbing the achievements in the field of reproductive and sexual rights. In view of this, any debate on gender and sexuality is seen from the point of view of demonization and evil, which aims to destabilize the traditional structure of the patriarchal heterosexual family. Not dissimilarly, the backdoor is also seen as an abject, obscure, unmentionable and untouchable organ, being mobilized in/as political ridicule by various political actors (no longer restricted to the private sphere). Given this context, this article seeks to investigate how the theme of gender and sexuality, specifically the backdoor, has been mobilized by former President Jair Bolsonaro, to

legitimize and ensure the patriarchal heterosexual family. In this case, we analyzed a post made by Jair Bolsonaro on Twitter, in which he comments on an episode that occurred in a Carnival Block, in 2019, in which a man inserts his finger in his ass. Thus, to support the discussion herein, we will follow the assumptions of bibliographical research, which occurs through the review and reading of the specific literature on the subject (Gil, 2008), that is, through the theoretical contributions of Preciado (2009; 2017 and 2018) on the ass and that of Almeida (2017) on conservatism, we intend to bring to light the (re)emergence of the Brazilian literature.

**Keywords:** Human rights; Conservative agendas; Backdoor; Bolsonaro; Extreme right.

**Recebido:** 30/07/2023

**Aceito:** 08/08/2024